

Formação de leitores e razões para a Literatura¹

Ricardo Azevedo²

Fala-se muito em “formação de leitores”. É “politicamente correto” elogiar a literatura e a leitura. Infelizmente, não poucas crianças têm contato com adultos – pais, professores e outros – que recomendam a leitura, falam em livros e autores “clássicos” mas, na verdade, não são leitores nem se interessam pela literatura. Apesar de bem intencionadas, essas pessoas, adeptas da filosofia do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”, costumam descrever a literatura de forma bastante idealizada. Falam em algo “mágico”, num prazer “indescritível”, referem-se a “viagens” e coisas assim. Raramente, porém, talvez por não terem experiência, lembram-se de comentar, por exemplo, que a leitura, como muitas coisas boas da vida, exige esforço e que o chamado prazer da leitura é uma construção que pressupõe treino, capacitação e acumulação. O contato com adultos pseudo-leitores e com idealizações infelizes a respeito da literatura e da leitura, de qualquer forma, tenho certeza, não tem contribuído para a formação de novos leitores.

Mas o que é exatamente um leitor? De um certo ponto de vista, é possível dizer que leitores são simplesmente pessoas que sabem usufruir dos diferentes tipos de livros, das diferentes “literaturas” – científicas, artísticas, didático-informativas, religiosas, técnicas, entre outras – existentes por aí. Conseguem, portanto, diferenciar uma obra literária e artística de um texto científico; ou uma obra filosófica de uma informativa. Leitores podem ser descritos como pessoas aptas a utilizar textos em benefício próprio, seja por motivação estética, seja para receber informações, seja como instrumento

¹ Artigo publicado em SOUZA, Renata Junqueira de. (org.) *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo, DCL, 2004. ISBN 85-7338-927-3

² Escritor e desenhista. Doutor em Letras–USP.

para ampliar sua visão de mundo, seja por motivos religiosos, seja por puro e simples entretenimento.³

Todas as “literaturas”, é preciso dizer logo, são importantes e têm sua razão de ser. A indiferenciação entre elas, entretanto, pode afastar as pessoas da leitura.

Para ficar num exemplo: imagine que uma criança seja levada a supor que *todos* os livros, no fundo, sejam didáticos. Ela vai ler um livro de poesia partindo da premissa de que está estudando e, assim, ver-se-á obrigada a captar, entender e aprender uma lição, e mais: imaginará que todos os leitores desse livro deverão necessariamente chegar a uma mesma e única interpretação.

Se para um livro didático-informativo tal expectativa é perfeitamente válida, diante de uma obra poética ela passa a ser esdrúxula, além de revelar um lamentável equívoco que, possivelmente, afastará qualquer futuro leitor da literatura. Logo abaixo, pretendo esclarecer a que literatura, principalmente, estou me referindo.

É importante deixar claro: para formar um leitor é imprescindível que entre a pessoa que lê e o texto se estabeleça uma espécie de comunhão baseada no prazer, na identificação, no interesse e na liberdade de interpretação. É necessário também que haja esforço e este se justifica e se legitima justamente através da comunhão estabelecida.

Dentre as várias “literaturas” existentes, a que aqui nos interessa é a que pressupõe a motivação estética. Refiro-me a essa forma de arte feita com palavras convencionalmente chamada de Literatura. Vale a pena apontar algumas de suas principais características.

Em primeiro lugar, falar em Literatura significa remeter obrigatoriamente à ficção e ao discurso poético.

³ Cf. nosso artigo “Aspectos da literatura infantil brasileira, hoje” in Revista Releitura, Belo Horizonte, 2001, nº 15. Disponível no site www.ricardoazevedo.com.br

Por meio do discurso poético, abrimos mão da linguagem objetiva, lógica, sistemática, impessoal, coerente e unívoca dos livros didático-informativos. Não por acaso, as obras didáticas costumam apresentar um discurso muito semelhante entre si, pois nelas a voz pessoal do autor praticamente desaparece. A razão é simples: esse tipo de livro pretende que todos os seus leitores cheguem à mesma e única interpretação. Para atingir tal objetivo não é possível, evidentemente, recorrer a discursos que possam resultar em múltiplas leituras.

Ao contrário, o discurso poético, o texto literário por definição, pode e deve ser subjetivo; pode inventar palavras; pode transgredir as normas oficiais da Língua; pode criar ritmos inesperados e explorar sonoridades entre palavras; pode brincar com trocadilhos e duplos sentidos; pode recorrer a metáforas, metonímias, sinédoques e ironias; pode ser simbólico; pode ser propositalmente ambíguo e até mesmo obscuro. Tal tipo de discurso tende à plurissignificação, à conotação, almeja que diferentes leitores possam chegar a diferentes interpretações. É possível dizer que quanto mais leituras um texto literário suscitar, maior será sua qualidade.⁴

Para além do discurso poético, falar em Literatura pressupõe recorrer à ficção. Sempre que entramos no plano da ficcionalidade, abdicamos da tentativa (válida) de ver o mundo do ponto de vista da objetividade (vê-lo pelo viés do “não-sujeito”), da lógica sistemática e do pensamento analítico – em resumo, o modelo “científico” característico dos livros didático-informativos. Através da ficção, penetramos no patamar da subjetividade (a visão de mundo pessoal e singular), da analogia, da intuição, do imaginário e da fantasia.

Abro parênteses: enquanto os livros didático-informativos necessitam de atualização periódica, afinal as informações e as metodologias mudam

constantemente, não faz sentido atualizar uma obra literária ou poética, a não ser que tal procedimento se restrinja às normas de ortografia.

De qualquer forma, é preciso afirmar, e veementemente, que a Literatura de ficção, tal como as obras didático-informativas e outras, pode ser também uma forma de pensar sobre a vida e o mundo.

Por meio de uma história inventada e de personagens que nunca existiram, é possível levantar e discutir, de modo prazeroso e lúdico, assuntos humanos relevantes, muitos deles, aliás, geralmente evitados pelo discurso didático-informativo – e mesmo pela ciência – justamente por serem considerados subjetivos, ambíguos e imensuráveis.

Quais são eles? Entre outros: as paixões e as emoções humanas; a busca do autoconhecimento; a tentativa de compreender nossa identidade (quem somos); a construção da voz pessoal; as inúmeras dificuldades em interpretar o Outro; as utopias individuais; as utopias coletivas; a mortalidade; a sexualidade (não me refiro à educação sexual, mas à relação sexo-afetiva essencialmente subjetiva, corporal e emocional); a sempre complicada distinção entre a “realidade” e a “fantasia”; a temporalidade e a efemeridade (por exemplo, o envelhecimento e suas implicações); as inúmeras e intrincadas questões éticas; a existência de diferentes pontos de vista válidos sobre um mesmo assunto etc.

Ora, tais temas e assuntos, em que pese não aparecerem em livros didático-informativos, nem nas matérias do currículo oficial, são da maior importância e complexidade e não podem deixar de ser abordados. Afinal de contas, na vida concreta, todos os seres humanos, queiram ou não, estão, por exemplo, permanentemente mergulhados num processo de aprendizado e busca do autoconhecimento. Um homem de 90 anos nunca teve 90 anos

⁴ Cf. nosso artigo “Diferentes tipos de imagens para diferentes tipos de texto” disponível no site www.ricardoazevedo.com.br

antes e por isso vai ter que aprender a lidar com sua nova situação. Um menino de 10anos vive processo semelhante e assim por diante.

Por outro lado, se estamos mudando o tempo todo, pois adquirimos novas informações, passamos por experiências e envelhecemos, como falar em “identidade”, algo geralmente descrito, abstratamente, como fixo e imutável?

Vale ainda perguntar: como lidar com nossas emoções e sentimentos? Quantas vezes nossa razão pede uma coisa e nossas emoções outra bem diferente?

Como construir um discurso pessoal autêntico, sermos realmente expressivos, num mundo repleto de “informação” (oposta aqui à “experiência”), idéias pré-concebidas, fórmulas de comportamento e atitudes “politicamente corretas”?

Como lidar “objetivamente” (ou seja, impessoalmente) com a mortalidade? Como enfrentar o inexorável e o desconhecido? Para que fazer projetos e construir utopias, se inevitavelmente iremos morrer? Para alguns teóricos⁵, um dos problemas cruciais da existência é que o homem não tem acesso cognitivo ao seu nascimento (quando se dá conta, já nasceu faz tempo), nem à sua morte (quando vai ver, já morreu) e, para complicar as coisas, no espaço entre seu nascimento e sua morte, muda o tempo todo, pois adquire experiência e envelhece. Que fazer?

Continuando, como determinar a realidade e a fantasia se sabemos que uma experiência do passado pode influenciar, inconscientemente, na leitura do presente? Um exemplo banal: certa pessoa nos agrediu quando éramos criança. Na vida adulta, encontramos outra pessoa, parecida com aquela. Nossa tendência será, injustamente, tratá-la mal, temê-la ou até agredí-la. A discussão sobre o que é de fato a “realidade” é bastante

⁵ Cf. ISER, Wolfgang. *O Fictício e o Imaginário – Perspectiva de uma Antropologia Literária*. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.

complicada. Para alguns estudiosos, o que chamamos “realidade” não passa, na verdade, de uma construção social e, por este viés, só conseguimos ver o que estamos socialmente condicionados a ver.⁶ Para exemplificar: o que para nós é descrito como “branco” para um esquimó corresponde a um conjunto complexo de mais de cem cores.

E quanto às questões éticas? Devemos falar a verdade se, num certo caso, mentir salvaria a vida de uma pessoa? É possível pensar num ato de violência eticamente justificável? E como fica o livre-arbítrio diante de um conjunto de costumes e leis abstratas que, em tese, deveríamos respeitar?

Assuntos e temas como esses – sempre tratados através da ficção e da poesia – são recorrentes em boa parte das obras literárias e, repito, inexistem na maioria dos livros didático-informativos.

Argumentar que não pertencem ao “universo infantil” é referir-se a um acomodado e redutivo – além de improvável – modelo teórico-abstrato do que seja a infância. Crianças, na vida concreta, inconscientemente ou não, buscam seu autoconhecimento e sua identidade; têm sentimentos e razão; sonham e se apaixonam; têm dúvidas, medos e prazeres; ficam perplexas diante da existência de múltiplos pontos de vista; têm dificuldades em separar realidade e fantasia; são sexuadas e mortais. Em suma, são essencialmente seres humanos.

Fora isso, como sugerem vários estudos⁷ feitos por antropólogos e psicólogos, certas características cognitivas consideradas “infantis”, permanecem em adultos – inteligentes e capazes – que simplesmente não tiveram acesso à cultura escrita.

Outra coisa: como sabemos, em nosso país, muitas pessoas de doze, dez anos ou menos, já trabalham e, com dignidade, contribuem para o sustento de suas famílias. Enquanto isso, numa outra ponta social, é possível

⁶ Cf. BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 21ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

encontrar adultos de mais de vinte anos que nunca trabalharam e, apesar de estudar em escolas consideradas boas, vivem alienados das questões sociais, da cidadania e da política, e, pior, alguns – poucos felizmente – de vez em quando, talvez pelo tédio causado por sua própria alienação, saem por aí cometendo crimes hediondos. Refiro-me ao inaceitável assassinato, em Brasília, do índio pataxó Galdino de Jesus, entre outros crimes, divulgados pela imprensa, cometidos por jovens da elite.

Não pretendo dizer, é importante deixar bem claro, que crianças são iguais a adultos, mas, sim, que a divisão de pessoas em higiênicas e abstratas faixas etárias, quando utilizada indiscriminadamente, parece ser um procedimento equivocado e redutivo que precisa ser urgentemente repensado. Tenho certeza de que, por exemplo, indicar idades em capas de livros de Literatura – o que pressupõe a existência de textos literários “especiais” para pessoas de 7, 9 ou 11 anos e, portanto, a crença de que crianças de, digamos, 9 anos sejam *todas* iguais(!) – não contribui nem um pouco, muito pelo contrário, para a formação de novos leitores. Note-se que o mesmo procedimento em livros didático-informativos pode ser absolutamente correto.

Tento também dizer o seguinte: o modelo didático-informativo, cultivado pelo sistema escolar, tende a apresentar um mundo simétrico, lógico, equilibrado, coerente e unívoco. Isso parece ser necessário para que o leitor-aluno possa organizar e sistematizar um certo conjunto de informações importantes para a compreensão da sociedade, para sua vida social, seus estudos futuros e seu desenvolvimento.

O mesmo leitor, porém, é fundamental que não se esqueça, para além do plano educacional, vive no plano da existência concreta e particular (não teórico) e, assim, está sujeito a inúmeras situações contraditórias e

⁷ Cf. ONG, W. *Oralidade e cultura escrita*, Campinas, Papirus Editora, 1998.

inesperadas, ou seja, situações que não constam do cardápio das regras e modelos ideais. Mencionei algumas acima.

Note-se que, justamente por abordar o contraditório, a Literatura, em vez de trabalhar com personagens idealizadas, previsíveis e abstratas – além de “politicamente corretas” – típicas dos livros pedagógicos, pode apresentar ao leitor seres humanos fictícios, mas complexos e paradoxais, mergulhados num constante processo de modificação e empenhados na construção de um significado para suas vidas.⁸ É da maior importância, acredito, que leitores, sejam eles crianças ou não, tenham acesso a personagens assim. São elas que permitem a verdadeira identificação entre a pessoa que lê e o texto. No âmbito da chamada Literatura infantil, para ficar com exemplos conhecidos de todos, cito Raquel (de *A bolsa amarela* de Lygia Bojunga) ou o menino maluquinho (do livro homônimo de Ziraldo) como personagens deste tipo.

A meu ver, em todo o caso, é imprescindível que na formação da criança, e do leitor, haja sempre espaço para que o contraditório e a ambigüidade apareçam. Não, naturalmente, como lições – se houvesse explicações para o contraditório, ele simplesmente não existiria – mas sim por meio do diálogo, da meditação, de discussões, especulações e troca de opiniões.

É riquíssimo imaginar um cenário onde, juntos, adultos e crianças – em casa, numa sala de aula, seja onde for – possam trocar idéias e impressões sobre assuntos diante dos quais ninguém, seja qual for a faixa etária, pode “ensinar”. Neste cenário, só é possível compartilhar experiências. Suspeitar ou sugerir, por outro lado, que crianças não tenham experiência de vida suficiente a ser compartilhada com adultos é ignorar a existência humana concreta.

⁸ Cf. op. cit. “Aspectos da literatura infantil no Brasil, hoje”.

A Literatura, o discurso poético e ficcional, quando respeitadas suas características, entre as quais, ressalto mais um vez, inclui a possibilidade de poder abordar o contraditório, permite a identificação emocional entre a pessoa que lê e o texto e, assim, pode representar, dentro ou fora da escola, um precioso espaço para que certas especulações vitais – feitas pelo leitor, seja consigo mesmo, seja com outras pessoas – possam florescer.

Antes de concluir, creio que vale a pena retomar os principais pontos levantados nesse artigo:

1. A necessidade de a criança, e também o adulto, seja em casa, na escola ou na vida, aprenderem a diferenciar os vários tipos de textos e assim, ao passar a utilizá-los em benefício próprio, formarem-se como leitores.
2. A constatação de que livros didático-informativos têm sido muito úteis, seja na divulgação de informações, seja como um instrumento pedagógico importante, mas, certamente, não formam leitores.
3. Para que a formação do leitor ocorra, é necessário que haja, entre a pessoa que lê e o texto, uma espécie de comunhão emocional que pressuponha prazer, grande identificação e, sempre, a liberdade para interpretar. É preciso ainda não esquecer que há um inevitável esforço envolvido nesse processo.
4. A necessidade de a Literatura, para além de chavões, nada esclarecedores, do tipo “viagem da leitura”, “soltar a imaginação” ou “nas asas da fantasia”, ser compreendida como um modelo de pensamento que recorre à ficção e à poesia para interpretar e dar significado à vida e ao mundo.

5. A conscientização de que, além dos discursos objetivos e unívocos, que seguem à risca as normas do ensino oficial, existem outros, subjetivos, analógicos, lúdicos, plurissignificativos e altamente inventivos, que, ao se permitirem grande manipulação dos recursos da linguagem, tornam-se extremamente significativos.
6. A necessidade de se assumir de uma vez por todas que, além dos assuntos convencionais que podem ser ensinados por adultos a crianças, existem um sem número de outros temas, complexos, ambíguos e contraditórios que só podem ser discutidos e compartilhados pelas pessoas, independentemente de faixas etárias. Em outras palavras, não é possível que adultos façam papel de professores diante de crianças o tempo todo. Ao contrário, é preciso reconhecer a rica complexidade da existência concreta, seja na vida adulta, seja na infância.
7. A importância de ter em mente que a Literatura – e a arte em geral, pintura, teatro, cinema, dança, música etc, – pode ser um espaço privilegiado para abordar o contraditório e a ambigüidade. Menciono exemplos bastante simples, a título de esclarecimento, que são abordagens do contraditório no âmbito da chamada Literatura infantil: a postura de uma personagem como Peter Pan, que se recusa a ser adulto, critica a vida “real” e opta por viver num lugar utópico chamado “Terra do Nunca”; a viagem da menina Alice ao *País das Maravilhas*, e suas diversas e divertidas discussões sobre o sentido e o não-sentido das coisas; as madrastas que pretendem destruir suas enteadas, como em Branca

de Neve, ou os príncipes e princesas, transformados em monstros ou animais, personagens recorrentes em muitos contos maravilhosos etc.

Finalmente, gostaria de encerrar este artigo argumentando que vai ser difícil formar leitores insistindo em idealizações a respeito da leitura, aceitando passivamente a divisão indiscriminada de pessoas em abstratas faixas etárias, ignorando a existência de diferentes tipos de livros e textos e, ainda, sem levar em consideração certas características e especificidades da Literatura, entre elas, seu compromisso profundo e essencial com a existência humana concreta.